



Artigo de Investigação

A DESINFORMAÇÃO HISTÓRICA. ESTUDO DE CASO: OS ACONTECIMENTOS DE CASTILBLANCO

Tradução para o português com ajuda de IA (DeepL)

José Manuel Vivas Prada
Tenente-coronel da Guardia Civil
Doutor em História pela Universidade de Salamanca
jmvivasprada@guardiacivil.es
ORCID: 0000-0003-2443-0286

Recebido em 29/09/2025

Aceito em 21/11/2025

Publicado em 30/01/2026

doi: <https://doi.org/10.64217/logosguardiacivil.v4i1.8549>

Citação recomendada: Vivas, J. M. (2026). A desinformação histórica. Estudo de caso: os acontecimentos de Castilblanco. *Revista Logos Guardia Civil*, 4(1), 329–352. <https://doi.org/10.64217/logosguardiacivil.v4i1.8549>

Licença: Este artigo é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Depósito Legal: M-3619-2023

NIPO online: 126-23-019-8

ISSN online: 2952-394X

A DESINFORMAÇÃO HISTÓRICA. ESTUDO DE CASO: OS ACONTECIMENTOS DE CASTILBLANCO

Resumo: 1. INTRODUÇÃO. 2. CASTILBLANCO: OS FATOS. 3. O RELATO; VÁRIAS VERSÕES. 4. OS SUPOSTOS ANTECEDENTES. 5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES. 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Resumo: Infelizmente, em mais ocasiões do que se desejaria, quando se recorre a textos de carácter histórico para saber mais sobre um fato de interesse, costuma-se encontrar elementos que desconcertam o leitor, pois as novas informações distorcem suas primeiras referências sobre o assunto. Após realizar as verificações pertinentes e contrastar os dados com outras fontes mais fiáveis, verifica-se que o relato encontrado, embora tenha sido assinado por autores com conhecimentos adequados e o respaldo de um elevado grau académico, não corresponde à realidade dos factos. Embora nunca exista uma única verdade e a narrativa possa sofrer variações involuntárias, na maioria das vezes as referências e fontes de todo o tipo permitem ajustá-las, em grande medida, à realidade passada. Não são poucas as ocasiões em que, quando essa realidade afeta acontecimentos em que a Guarda Civil acaba, para o bem ou para o mal, por ser a protagonista, os relatos diferem, e muito, da forma como os factos ocorreram. Como exemplo de referência, escolhemos uma lembrança da história do Corpo que, pelas circunstâncias excepcionais que nela ocorreram, gerou abundante literatura, entre a qual predomina, geralmente e infelizmente, a negativa. Propomo-nos, portanto, com as limitações impostas por um artigo de investigação, analisar diferentes referências publicadas sobre o que veio a ser chamado de «eventos de Castilblanco».

Resumo: Infelizmente, em mais ocasiões do que o desejável, quando se recorre a textos históricos para aprender mais sobre um facto de interesse, geralmente se encontram elementos que desconcertam o leitor, uma vez que as novas informações distorcem as suas primeiras referências sobre o assunto. Após realizar as verificações pertinentes e comparar os dados com outras fontes mais fiáveis, verifica-se que a história encontrada, mesmo que tenha sido assinada por autores com conhecimentos adequados e um alto grau de credibilidade, não corresponde à realidade do facto. Embora nunca exista uma única verdade e a narrativa possa sofrer variações involuntárias, na maioria dos casos as referências e fontes de todos os tipos permitem ajustá-las, em grande medida, à realidade passada. Há muitas ocasiões em que, quando essa realidade afeta eventos nos quais a Guarda Civil acaba, para o bem ou para o mal, sendo a protagonista, as histórias diferem, e muito, de como os eventos aconteceram. Como exemplo de referência, escolhemos uma memória da história do Corpo que, devido às circunstâncias excepcionais que nela ocorreram, gerou abundante literatura, entre a qual, infelizmente, a literatura negativa geralmente predomina. Propomos, portanto, com as limitações impostas por um artigo de investigação, estudar a historiografia do que foi chamado de «eventos de Castilblanco».

Palavras-chave: Guardia Civil, Castilblanco, 1931, Segunda República, manifestação.

Palavras-chave: Guardia Civil, Castilblanco, 1931, Segunda República, manifestação.

ABREVIATURAS

DS: Diário de Sessões

FNTT: Federação Nacional dos Trabalhadores da Terra

GM: Gaceta de Madrid

INE: Instituto Nacional de Estatística

ORGA: Organização Republicana Galega Autónoma

REHGC: Revista de Estudos Históricos da Guarda Civil

RTGC: Revista Técnica da Guarda Civil.

1. INTRODUÇÃO

No posto de turismo de Brihuega, pelo menos há algum tempo atrás, era exibido um artigo jornalístico com uma manchete que aludia à criação de uma das marcas mais relevantes do comércio espanhol: El Corte Inglés. O artigo informava que a empresa havia sido fundada por um natural daquela localidade de Alcarria, Julián Gordo Centenera. Essa referência contrastava com a informação fornecida pela própria marca, que reconhece como fundadores da cadeia Ramón Areces Rodríguez e César Rodríguez González. Neste caso, dependendo do ponto de vista, ambas as informações são verdadeiras, uma vez que o Sr. Gordo, no início do século XX, abriu uma alfaiataria na confluência das ruas Preciados, Rompelanzas e El Carmen, em Madrid, à qual chamou «El Corte Inglés». Em dezembro de 1935, César e Ramón, tio e sobrinho, adquiriram o estabelecimento e, mantendo o nome, deram início a uma aventura económica de sucesso que culminaria no que hoje representa o próprio «Corté Inglés» e as diferentes atividades associadas à cadeia.

A questão é que, sem poder dizer que o artigo da imprensa local de Guadalajara distorce a realidade, a forma de apresentar os factos induz em erro aqueles que não conhecem a verdadeira história do grupo comercial.

Por outro lado, o próprio hino da Guarda Civil contém um elemento desinformativo na sua letra, pois, quando escreve «por glorificar o nome que o grande Ahumada te deu», o então tenente-coronel Osuna altera a realidade do facto histórico: o nome já aparecia no Real Decreto de 28 de março, meses antes de Girón assumir a organização, e não a fundação (outro elemento desinformativo que costuma ser repetido), do Corpo.

Talvez possamos avaliar a intencionalidade que se esconde por trás de cada um dos dois casos. E assim, enquanto o primeiro, sem faltar com a verdade, manipula o facto histórico para atribuir um mérito a quem não lhe corresponde, no segundo não parece que possamos atribuir intenção fraudulenta a Osuna, mas sim, mais bem, ao desconhecimento geral, no âmbito do qual se limitou a reproduzir o que a tradição vinha dando como certo.

Todo historiador que pretenda ser rigoroso no seu trabalho deve respeitar sempre os princípios deontológicos mais essenciais. Embora alguns fatos possam estar sujeitos à livre interpretação do estudioso, aqueles que atuam como notários da História não podem incorrer no maior crime da profissão: a manipulação dos fatos. No máximo, podemos concordar que talvez possam ser objeto de interpretação, pelo menos nas lacunas que as referências históricas (ou, melhor dizendo, a ausência delas) possam propiciar. Em qualquer caso, deve-se discernir entre o fato e suas consequências. Assim, na batalha de Qadesh, pode-se iniciar o debate correspondente sobre se a vitória coube a Ramsés II, como tradicionalmente se vinha assumindo, ou a Muwatalli II, como as investigações mais recentes parecem conceder. Podemos até chegar a um consenso e assinar um empate entre egípcios e hititas. No entanto, o que nenhum especialista duvida é que o facto, o confronto, ocorreu.

Apesar desta lógica tão esmagadora, encontramos, por vezes de forma recorrente, casos em que o relator se deixa levar pelas suas emoções, pelo seu estado pessoal ou, pior ainda, pela sua tendência ideológica, para negar um facto concreto ou, perante certas evidências que o impedem, apresentá-lo de uma forma que nada se assemelha à realidade

do que aconteceu. Os exemplos apresentados, longe de constituírem meras anedotas para aproximar este trabalho da análise das referências sobre os factos de Castilblanco, constituem um ponto de partida, uma base que permite compreender que a desinformação, como conceito, pode ser nova, mas como ação interessada existe desde tempos muito remotos.

Evidentemente, quando o protagonista dos acontecimentos corresponde a uma pessoa ou instituição de especial significado, seja qual for o grau desse significado, o relato pode exceder as meras interpretações do narrador, ao ponto de se tornar um ataque em toda a regra. Nessas ocasiões, pela natureza do que aconteceu, pelo impacto alcançado ou pelo contexto da questão, costumam surgir diferentes versões, cada uma mais distorcida, embora, curiosamente, com algum elemento negativo que as une. E não faltam, nesses casos, algumas variantes que, utilizando um tom aparentemente objetivo, contêm mensagens subliminares com uma clara negatividade, como se quiséssemos aparentar ser apaixonados por frutas e, como prova disso, declarássemos que não nos importamos de comer tanto as deliciosas morangos quanto as adstringentes abrunhos.

É claro que não poderia faltar, por exemplo, no caso de algum acontecimento lúgubre, a conhecida referência ao depoimento de testemunhas que, evidentemente, desmonta qualquer versão oficial, embora, curiosamente, tal versão esteja devidamente documentada e, em contrapartida, essas testemunhas nunca sejam identificadas.

A Guarda Civil não poderia escapar aos julgamentos de valor que, de diversos setores, inclusive do acadêmico, colocam em causa algumas de suas ações. E é aqui que nos propomos a analisar um dos casos mais marcantes da história do Corpo: os acontecimentos de Castilblanco. Gostaríamos de ter evitado cometer os mesmos erros que, em nossa opinião, foram cometidos pelos diferentes autores a que nos referiremos, mas, dada a nossa condição profissional, será impossível alcançar tal objetivo; de facto, sabemos que não estamos isentos de que estudos posteriores possam ver nas nossas exposições os mesmos julgamentos de valor acima mencionados.

As diversas fontes tratadas (documentais, imprensa, manuais, etc.) abrangem diferentes pontos de vista e interpretações dos factos, cabendo ao leitor julgar a maior ou menor proximidade dos postulados em relação a eles, para o que os descreveremos de acordo com o relato oficial, fornecendo todas as informações que, ajustadas às limitações de espaço estabelecidas, permitam dispor de dados suficientes.

2. CASTILBLANCO: OS FATOS

Na *Sibéria* extremeña, região do nordeste de Badajoz que faz fronteira com as províncias de Ciudad Real, Toledo e Cáceres, situa-se a localidade de Castilblanco. Atualmente, num claro declínio populacional, o recenseamento contabiliza 844 habitantes¹ mas, com a chegada da Segunda República, a vila acolhia cerca de 3.100².

¹ INE. Recenseamento anual da população 2021-2024. <https://www.ine.es/>

² INE. Alterações dos municípios nos Censos Populacionais desde 1842.

<https://www.ine.es/intercensal/>

O novo regime, ou seja, o período republicano que se seguiu à renúncia de Afonso XIII, foi recebido pelas classes mais humildes como uma terra prometida e esperançosa, na qual todos teriam acesso a um pedaço de terra para cultivar; terra da qual, é claro, obteriam o seu sustento sem ter que prestar contas a nenhum proprietário. No entanto, a realidade, que costuma ser muito teimosa, impunha-se a todo o custo, e aquelas primeiras esperanças foram-se diluindo com o passar do tempo: a tão esperada reforma agrária resistia. Nesse contexto, a população camponesa, cada vez mais contrariada, elevava o tom dos seus protestos, exigindo a pronta entrega de terras para cultivar.

Os primeiros meses da república passam e o calendário de 1931 está prestes a chegar ao fim para dar lugar ao novo ano; na verdade, já chegámos ao último dia, em que o sindicato Federação Nacional dos Trabalhadores da Terra (FNTT), ramo agrícola da UGT, convocou uma manifestação. Não era a primeira, mas, embora a do dia anterior não tivesse sido autorizada, decorreu com toda a normalidade e sem que as autoridades tivessem feito nada para a impedir. No entanto, a de 31 de dezembro teria um final muito diferente.

Por enquanto, o presidente da câmara da localidade, Felipe Mangano López, decidiu que não se podia dar carta branca a essas marchas ilegais. E assim o transmitiu, por escrito, ao comandante do posto. José Blanco Fernández, cabo 1º do Corpo, dispôs o serviço correspondente e fez-se acompanhar pelos seus três guardas: Agripino Simón Martín, Francisco González Borrego e José Matos González. Os quatro saíram do quartel para encontrar a manifestação que, naquela hora já perto do meio-dia, se encontrava na rua do Calvário, muito perto dali. Para o interesse do relato, reproduzimos a seguir alguns parágrafos do relatório elaborado pelo Chefe da Comandância³:

«O cabo avançou sozinho e, com a espingarda pendurada no ombro (detalhe este de grande relevância, como veremos mais adiante), dirigiu-se ao presidente da Casa do Povo, Justo Fernández López, que encontrou na margem direita da rua, no meio de um bom número de sócios. Com a tranquilidade de quem acredita estar a negociar com bons amigos, aproximou-se dele, deixando a sua força para trás, entre os grupos, e com palavras amáveis pediu-lhe que cessasse a algazarra e que o grupo deixasse de circular pelas ruas.

Inesperadamente, e como se respondesse a um objetivo proposto, o cabo respondeu aos pedidos do seu interlocutor segurando-lhe os braços, enquanto outros tentavam desarmá-lo; o cabo Blanco, um homem sereno, jovem e hercúleo, libertou-se dos seus adversários com um puxão e tentou recuar para se preparar para a defesa; Hilario Bermejo Corral (a) «Retuerto», com um punhal e por trás, desferiu-lhe uma facada que, entrando pela nuca, perfurou-lhe todo o pescoço, saindo a ponta por baixo da barba, ...» (Rodríguez Castaños, 1970: 156).

Como se pode ver na secção seguinte, não são poucas as versões em que, em clara oposição ao que lemos no primeiro parágrafo do relato do tenente-coronel, os guardas são apresentados como personagens agressivas que pretendiam dispersar a manifestação «a tiro limpo». No entanto, não só as diligências que foram instauradas desmentem essas afirmações, como também, em diferentes meios de comunicação, é retratado um cenário

³ Tenente-coronel D. Pedro de Pereda Sanz.

totalmente e mente diferente, no qual os guardas conversam com os presentes. Encontramos uma boa prova dessa relação amigável com a vizinhança no seguinte texto:

«Na manifestação dos grevistas, os guardas, sem desconfiança, misturaram-se aos grupos, aconselhando-os a serem prudentes. Não tomaram qualquer precaução. Na sua opinião, estavam entre amigos, que seguiriam os seus conselhos para se dispersarem»⁴.

E é aqui que recuperamos a menção anterior sobre o detalhe de que o cabo, tal como os guardas, levava a espingarda ao ombro. Precisamente isto é uma demonstração da confiança de que tudo decorreria pacificamente. Em nenhum momento eles sequer pensaram em colocar as armas em posição de alerta. E, como podemos ver na figura 1, a disposição em que os guardas se encontravam entre os civis confirma a ideia de que agiam com total confiança, tranquilos diante de um serviço rotineiro que não teria mais importância:

«Repetidamente ouvi dos autores do assassinato inqualificável que as quatro vítimas de sua fúria eram homens muito bons, que nunca lhes haviam causado a menor ofensa, nem mesmo advertências indelicadas» (Santiago Hodsson, 1932: 56).

Figura 1.

Rua do Calvário de Castilblanco. As cruzes indicam o local onde ficaram os cadáveres: junto à Casa do Povo, em branco, o do comandante do Posto; os três em preto, os dos seus companheiros.



⁴ *Nuevo Mundo*, de 8/01/1932.

Outra amostra dessa sensação de calma é fornecida por outro meio diferente, neste caso o *Mundo Gráfico*:

«A Guarda Civil circulava entre os grupos recomendando ordem. Os guardas, sem inquietação, misturavam-se com os manifestantes, vizinhos, amigos e conhecidos»⁵.

Para encerrar esta secção, chamamos a atenção para o facto de que, apesar do grande número de trabalhos elaborados sobre o assunto, pouco se estudou a incompreensível unidade de ação na resposta dos vizinhos de Castilblanco. Diante do fato de que, praticamente de forma simultânea, todos responderam de maneira agressiva contra os guardas, até agora não foi articulada uma explicação aceitável. Sem pretender dar lições sobre o assunto, como colofão desta discreta investigação, apresentaremos outro ponto de vista sobre o ocorrido que, no mínimo, deveria ser avaliado nos mesmos termos que outras contribuições.

Até agora, as diferentes versões tendem a coincidir que o ataque foi uma resposta dos camponeses à situação difícil em que se encontravam. Sobre este aspecto, assumido como verdade absoluta por um bom número de autores, encontramos opiniões diferentes, pois, embora este discurso de que os membros da FNTT de Castilblanco tinham passado todo o inverno sem trabalho (Preston, 2020) seja o mais fácil de aceitar, não se podem desprezar os relatos recolhidos nos meios de comunicação da época, como veremos mais adiante, tomando como exemplo um artigo do *Mundo Gráfico*, ou o discurso do próprio ministro do Interior:

«... devo dizer que estão a ser proferidas frases clichés, que não têm qualquer realidade no que diz respeito a Castilblanco, e que não se pode falar de caciquismo.

[...] E em Castilblanco isso não aconteceu. Ou seja, não havia ali um ódio das pessoas da aldeia contra o caciquismo, nem um núcleo de elementos pobres que pudessem se revoltar num momento de necessidade ou indignação do povo, uma vez que a maioria das pessoas que intervieram nos acontecimentos, não diria que são potentados, mas sim pessoas relativamente abastadas. E acontece que alguns dos detidos são indivíduos que tinham alguns milhares de pesetas que emprestavam a 20% ao mês. (Rumores.) Quero dizer que esta não é a causa que determinou o movimento de Castilblanco»⁶.

Outra fórmula utilizada para justificar a resposta violenta dos habitantes de Castilblanco relaciona as agressões com o tiro disparado pelo guarda Agripino. Sendo esta uma questão sobre a qual ainda não foi possível comprovar se foi anterior ao ataque contra o cabo ou se ocorreu em seguida, o que é evidente é que, mesmo considerando que tenha sido anterior, não parece lógico que aqueles que cercavam o comandante do posto

⁵ *Mundo Gráfico*, de 5/01/1932.

⁶ Debate sobre os acontecimentos de Castilblanco, realizado em 5 de janeiro de 1932 (DS n.º 93, de 05/01/1932: p. 2998).

o tenham atacado como reação à detonação: dado que não havia contato visual entre as duas posições, não era possível saber o motivo do tiro, nem se ele havia atingido alguém.

Tudo isso nos leva a questionar se essas ações coordenadas poderiam ter sido planejadas com antecedência. Como já mencionamos, remetemos ao final deste artigo.

3. O RELATO: VÁRIAS VERSÕES

A crueza dos factos chocou toda a Espanha e, para além dos detalhes sobre a condição de guardas civis das vítimas, causou um verdadeiro terramoto social. Todos os meios de comunicação se fizeram eco da notícia, especialmente os mais reconhecidos, que imediatamente enviaram repórteres para a localidade. Talvez o mais destacado tenha sido *o Mundo Gráfico*, que realizou uma ampla reportagem fotográfica, reproduzida exaustivamente em outras publicações da época e na maioria dos artigos e estudos posteriores. Mesmo correndo o risco de sermos redundantes, acompanhamos estas linhas com duas das mais divulgadas: a tirada no local dos factos (aparece acima, Figura 1) e a fachada da casa-quartel (Figura 2). Da primeira já comentámos a informação relevante que fornece e, em certo sentido, impressiona um pouco ao transportar-nos para o espaço físico onde ocorreu tal aquelarre; a segunda pretende chamar a atenção do leitor para até que ponto a Guarda Civil, como parte da própria sociedade, da qual provém e que deve proteger, partilhava as mesmas misérias que o povo simples sofria, pois raramente um quartel podia ser tão humilde como o que vemos aqui refletido.

Figura 2.
Quartel de Castilblanco.



Ao longo dos mais de oitenta anos que se passaram desde então, muito se escreveu sobre o que aconteceu naquela remota aldeia da província de Badajoz. Infelizmente, da maioria dos artigos ou referências, pouco podemos dizer que o conteúdo respeite a realidade dos factos e, muito menos, a dignidade dos guardas assassinados.

Não sabemos até que ponto a discordância com o que aconteceu deriva de lacunas na investigação ou, o que seria pior, de uma intencionalidade concreta por parte dos seus autores.

Às vezes, são pequenos detalhes que, por parte de alguns, costumam ser menosprezados porque não compreendem que são determinantes para o conjunto dos factos narrados. No entanto, na nossa humilde opinião, deve-se dar-lhes a devida importância, uma vez que permitem apreciar até que ponto o investigador foi diligente no seu trabalho, ou não. Encontramos vários exemplos disso, como «ao terminar a manifestação» (Chaput, 2004: 191) ou, no mesmo sentido, mas situando a ação «ao final do dia de greve de 31» (Rodríguez Serrano, 2015: 159). A pergunta que surge imediatamente, após ler ambas as afirmações, é: se a manifestação já tinha terminado... o que iriam os guardas civis dispersar às onze da manhã? Ou, por outras palavras, de que servia entregar uma notificação proibindo a manifestação quando esta já tinha terminado? É evidente que a informação sobre algo tão óbvio e simples não é boa, pelo que, pessoalmente, nos surge a dúvida se as fontes utilizadas para o resto do seu relato têm a mesma fiabilidade.

Também é muito significativo, como referimos na Introdução, a seleção dos termos escolhidos para se referir aos manifestantes, em claro contraste com os que acompanham os guardas civis. O exemplo mais significativo é o de Preston, na medida em que o prestígio que se lhe atribui deveria dar mais valor aos seus escritos:

«A 31 de dezembro, enquanto realizavam uma manifestação pacífica e ordeira, a Guarda Civil irrompeu no meio da multidão e, após uma briga, começou a disparar, matando um homem e ferindo outros dois. Os aldeões famintos, num acesso de medo, angústia e pânico, lançaram-se sobre os quatro guardas e mataram-nos a pedradas e facadas» (Preston, 2020: 69-70).

É evidente que a redação induz o leitor a empatizar com os camponeses («manifestação pacífica e ordeira» ou «famintos, num acesso de medo, angústia e pânico») e a sentir desprezo pela Guarda Civil («irrompeu no meio da multidão» e «começou a disparar»). Dos vários aspetos sobre os quais o parágrafo nos convida a refletir, ficamos com apenas um: que qualidades não teriam esses quatro guardas civis para serem capazes de «irromper» numa manifestação de 500 pessoas? Bastam alguns segundos para, à vista da Figura 1, compreender que seria impossível aos guardas assumir qualquer ação ofensiva, estando completamente rodeados por meio milhar de almas: em todo o caso, só lhes restava defender-se, mas, como refere a sentença, nem isso puderam fazer. No entanto, se analisarmos a cronologia do relato de Preston, vemos que ele sugere uma sequência em que a manifestação decorre pacificamente até que os uniformizados aparecem e, após o choque lógico (ele fala de uma «briga» da qual não há registo), começam a disparar, causando um morto e vários feridos; perante *tal ultraje*, os camponeses assustados apenas procuram defender-se, o que se traduzirá na morte dos quatro guardas civis.

Encontramos uma linha semelhante no seguinte texto:

«A 31 de dezembro desse mesmo ano, na vila de Castilblanco, em Badajoz, após terem tentado dispersar a tiros uma manifestação camponesa, quatro guardas civis morreram às mãos dos grevistas, em meio a atos de barbárie inusitados» (Íñigo Fernández, 2010: 185-186).

Embora, neste caso, pelo menos, pareça compensar a expressão «a tiros» (pode ser literal, porque não está claro se houve tempo para dispararem para o ar ou se houve apenas um tiro, que causou uma morte) com o reconhecimento de que a multidão, tão repetidamente qualificada por vários autores como «pacífica», realmente cometeu «atos de barbárie».

Rodríguez Serrano não fica atrás quando se refere ao guarda Agripino Simón e conta que ele era um «guarda civil com ares arrogantes [que] disparou e matou Hipólito Corral» (Rodríguez Serrano, 2015: 159).

Noutro orden de coisas, e sem pôr em dúvida as duras condições dos vizinhos de Castilblanco, chamamos a atenção para o texto do já citado artigo publicado no *Mundo Gráfico*:

«Castilblanco não era uma aldeia rebelde. Pessoas rudes, mas pacíficas, dedicadas ao trabalho, que não faltava. Exceção na Sibéria da Extremadura: Castilblanco não tinha problemas de miséria agrária. Havia trabalho de sobra. A terra dava para todos: os olivais, boas colheitas; o monte, pastagens em abundância. O vizinho mais pobre tem um pedaço de olival e faz o seu abate. Não havia, portanto, aquele rancor da miséria perante a injustiça social. Trabalho e pão para todos»⁷.

Como vemos, esta descrição rompe, de forma evidente, com o discurso repetido do camponês faminto que, obstinadamente, é recolhido por quase todos os autores incluídos no presente estudo.

Será sempre fácil encontrar quem insista em apresentar os guardas civis como ferramentas dos poderosos para oprimir a classe trabalhadora, tal como faz Rodríguez Serrano:

«A Guarda Civil era em Castilblanco uma força de proteção e obediência cega ao serviço do cacique para executar os seus abusos e injustiças, desprezando o povo, como se fosse uma ralé irredimível» (Rodríguez Serrano, 2015: 159, em alusão a Jiménez de Asúa e outros, 2011: 121).

⁷ *Mundo Gráfico*, de 5/01/1932. O repórter Juan Ferragut, acompanhado pelo fotógrafo José Campúa, deslocou-se expressamente de Madrid a Castilblanco para recolher toda a informação possível. Campúa vendeu o seu trabalho aos diferentes meios de comunicação da época, razão pela qual as mesmas imagens foram reproduzidas repetidamente.

Mas esta visão colide frontalmente com referências da época. Em *Nuevo Mundo*, outra publicação de grande tiragem na época, podemos ler a seguinte avaliação dos uniformizados:

«O caso de Castilblanco é característico neste sentido. Os guardas civis daquela aldeia, segundo relatos posteriores unânimes, davam-se bem com a vizinhança. Ao que parece, os guardas, homens jovens, tinham feito boas amizades com a maioria dos habitantes, um deles ia casar com uma rapariga de longa ascendência na aldeia. O guarda era simpático e generoso e convivia com os rapazes...»⁸.

Não é que pretendamos impor o nosso critério sobre o de outros autores, possivelmente mais documentados, mas acreditamos que, no mínimo, estas contribuições devem ter o mesmo crédito que eles podem reivindicar para os seus textos.

4. OS SUPOSTOS ANTECEDENTES

Ao longo dos anos, diferentes autores abordaram o tema com diferentes enfoques. Alguns, mesmo tomando como referência a versão oficial, enriqueceram a narrativa com detalhes que, às vezes, foram fornecidos pelas possíveis fontes, mas em outras ocasiões nem sequer os mencionam. No entanto, as mais chamativas serão aquelas variantes que, ignorando a correlação dos factos que foram considerados provados na sentença do Conselho de Guerra, criam uma nova narrativa ou, melhor dizendo, novas narrativas, pois nem sequer chegam a um acordo para adotar uma linha comum.

Chama a atenção, por exemplo, as razões que justificaram a convocação da manifestação, das quais conheceremos ou leremos diferentes versões. Para Hinojosa Durán, a causa última que provocou a onda de manifestações em toda a Extremadura⁹ está nos acontecimentos ocorridos alguns dias antes em Almendralejo, quando a Guarda Civil agrediu o presidente da câmara da localidade, que se tinha oferecido para mediar um conflito agrícola. No entanto, também podemos ler que a manifestação foi convocada «contra o governador provincial e a Guarda Civil para denunciar a sua conivência com os proprietários e caciques que não cumpriam a nova legislação» (Chaput, 2004: 192). Seja verdadeira uma ou outra opção, o que fica evidente é que o pano de fundo das manifestações em Castilblanco, pelo menos de acordo com esses critérios, pouco ou nada tinha a ver com supostas reivindicações agrárias, o que nos leva a considerar mais confiáveis as citações do *Mundo Gráfico* e do *Nuevo Mundo* reproduzidas nos parágrafos anteriores.

⁸ *Nuevo Mundo*, de 8/01/1932.

⁹ <https://www.canalextremadura.es/video/los-sucesos-de-castilblanco> (Metragem: 20" a 48").

Voltando ao que foi apontado por Hinojosa Durán, no documentário ele explica que: «... a Guarda Civil vai bater no próprio presidente da câmara...»¹⁰. Dado que não fornece nenhuma referência clara, realizámos uma pesquisa que nos permitiu ampliar a informação, fruto da qual encontramos algumas notícias na imprensa da época. Assim, em *El Socialista* podemos ler:

«... ao regressar a Almendralejo, o presidente da câmara, juntamente com outros elementos destacados da cidade, é detido e passeado algemado por toda a população, antes de ser conduzido como um criminoso para a prisão de Badajoz»¹¹.

O artigo de Margarita Nelken foi reproduzido por outros meios de comunicação generalistas, embora com abordagens muito diversas, desde a simples menção do facto até comentários contrários¹².

Por enquanto, tudo indica que estamos perante o típico relato que apresenta a Guarda Civil como uma força repressora, especialmente quando as suas ações se dirigem contra as classes humildes oprimidas e aqueles que as representam.

Por seu lado, o presidente da Câmara, Ignacio Pavón, divulgou a sua versão particular do que aconteceu em relação aos ataques sofridos por parte da Guarda Civil que, sempre segundo as suas palavras, tinha mesmo tentado assassiná-lo. Iniciados os procedimentos pertinentes, foi detido, juntamente com o vice-presidente da Câmara, José Morán, e um dos vereadores, Francisco Machado.

Nelken também relatava na sua carta aberta a Casares Quiroga, em relação à exposição pública do presidente da Câmara algemado, que «o simples facto de a ordem não ter sido gravemente alterada atesta o elevado espírito cívico que impera entre os trabalhadores de Almendralejo» ou que «graças ao espírito cívico, verdadeiramente exemplar, das organizações operárias, ainda não houve que lamentar esses acontecimentos lúgubres em Almendralejo». Como é lógico, a deputada não mencionava os factos que precederam a detenção, motivada por atos anteriores protagonizados pelo presidente da Câmara, como, por exemplo, os insultos proferidos contra o Corpo.

Para conhecer esses fatos, temos que remontar ao final de novembro, quando deveria começar a colheita da azeitona e, ao entrarem em greve os trabalhadores locais, foram contratados trabalhadores de outras partes da Extremadura. Decididos a impedi-lo, os habitantes de Almendralejo organizaram grupos que, posicionados nos arredores da

¹⁰ Tal afirmação é feita categoricamente como um dado que não necessita de explicação ou comprovação, assumindo como dogma de fé a declaração do próprio presidente da câmara. Como veremos no desenvolvimento desta secção, os factos tiveram um percurso um pouco diferente do exposto.

¹¹ Artigo de Margarita Nelken, deputada das Cortes pela província de Badajoz, no *El Socialista* de 26/12/1931. Em formato de carta aberta, era dirigida ao ministro do Interior, Casares Quiroga.

¹² É impressionante o título da inserção publicada no *Heraldo Alavés*, de 16/12/1931, que dizia «Um presidente da Câmara socialista que aterrorizava o povo».

vila, atacavam todos aqueles que pretendiam sair para realizar as tarefas que eles se recusavam a executar.

A Guarda Civil, em aplicação da normativa em vigor, procedeu à dissolução dos grupos que, como é fácil imaginar, enfrentaram os pares com tudo o que tinham ao seu alcance. No entanto, visto o cenário descrito por Nelken, baseado no relato do próprio presidente da câmara, chama a atenção a informação que obtemos graças, precisamente, à investigação realizada e que, em grande medida, contradiz a ideia de que a Guarda Civil agiu gratuitamente contra ele.

Como vimos, no final de novembro, ocorreram mobilizações para impedir que outros trabalhadores pudessem colher a azeitona. Alguns meios de comunicação, críticos da atitude dos trabalhadores locais, intitulavam as suas inserções com títulos como «CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO»¹³. A verdade é que, ao tentar restabelecer a ordem pública, a Guarda Civil feriu uma mulher e deteve vários dos envolvidos¹⁴. Foi então que o presidente da câmara, agindo como pacificador, mediou para que os detidos fossem libertados, ao que o tenente Moreno acedeu. O presidente da câmara não acertou muito nas suas previsões, pois, se o argumento utilizado para pedir a libertação se referia a que assim se conseguiria acalmar os trabalhadores, a verdade é que o resultado foi exatamente o contrário. Encorajados, os manifestantes carregaram nos ombros os libertados, numa peculiar volta à arena (ou, melhor dizendo, à vila), como se tivessem protagonizado uma tarde de glória na praça de touros local, triunfando na tarefa diante do quinto touro da corrida; e isso depois de terem insultado e apedrejado novamente os guardas que se encontravam do lado de fora do quartel.

À luz destes dados, podemos concordar que não havia qualquer animosidade contra o primeiro edil e que, de facto, as suas propostas foram levadas em consideração a ponto de libertar aqueles que, apenas algumas horas antes, tinham agredido os uniformizados. Não foram poucos os comentários contrários à intervenção da autoridade municipal:

*«Almendralejo, como consequência do acordo conciliatório do presidente da câmara, ficou à mercê dos grevistas»*¹⁵.

No entanto, a partir deste momento, e apesar de ter atendido ao presidente da câmara para além do que seria de esperar, parece que a atitude deste apresentava algum componente negativo. É o que podemos deduzir da seguinte referência na imprensa:

*«A pedido do presidente da câmara, os camponeses repetiram várias vezes o lançamento de pedras e causaram ferimentos a um tenente e a três guardas»*¹⁶.

De facto, o tenente Miguel Moreno Menéndez, o sargento Millán, um cabo e um guarda ficaram feridos com gravidade variável. Dado que houve várias ocasiões em que

¹³ *El Noticiero Gaditano*, de 1/12/1931.

¹⁴ *La Opinión*, de 2/12/1931.

¹⁵ *Diario de la Marina*, de 2/12/1931.

¹⁶ *La Voz de Menorca*, de 2/12/1931.

os manifestantes, no mínimo, apedrejaram os guardas, devemos considerar que, em grande medida, falar apenas de quatro feridos pode ser considerado uma boa notícia.

Para encerrar esta secção, não podemos ignorar que a carta de Margarita deu origem a posições contraditórias entre a classe política. Por um lado, o presidente do Centro Republicano em Almendralejo elogiava na imprensa o comportamento da Guarda Civil, que, segundo ele, agiu com excessiva prudência, limitando-se a defender-se¹⁷. Por outro lado, um deputado nacional queixava-se no Congresso do tratamento dado pela Guarda Civil ao presidente da câmara e aos vereadores¹⁸; o curioso neste caso é que o deputado em questão¹⁹ era colega do ministro do Interior.

O que a maioria dos meios de comunicação concordou, talvez por terem sido diretamente afetados, foi refletir a atitude demonstrada pelo presidente da Câmara na sessão plenária do dia 16, quando proferiu vários insultos contra a imprensa e a Guarda Civil, acusando-a de o ter maltratado e tentado assassiná-lo²⁰.

Por outro lado, mesmo reconhecendo que não se podem estabelecer comparações proporcionais entre as supostas razões por trás das reações atribuídas à população camponesa e à Guarda Civil, chama a atenção como, mais uma vez, no caso da primeira, trata-se sempre de justificar, enquanto que, no caso da segunda, só há lugar para reprovações.

E assim, como exemplo do primeiro caso, de acordo com a teoria de Hinojosa Durán, encontramos Rodríguez Serrano:

«No segundo dia, às nove da manhã, cerca de 500 pessoas compareceram, e o povo de Castilblanco demonstrou pacificamente a sua solidariedade com os outros camponeses da província de Badajoz, sem intenção de delinquir» (Rodríguez Serrano, 2015: 159).

Aliás, devemos ter em conta esta citação quando apontarmos as contradições sobre as condições de vida dos habitantes de Castilblanco. Rodríguez Serrano não relaciona a manifestação com a vida miserável destes, mas sim como uma demonstração de solidariedade com os seus compatriotas.

Das recriminações ao Corpo, podemos ver apenas alguns exemplos, mas especialmente preocupantes pela relevância do autor de um deles e da instituição que patrocina o segundo.

No primeiro caso, encontramos um conhecido historiador norte-americano, Gerald Blaney, que se supõe ter um conhecimento especial sobre a Guarda Civil, não em vão a sua tese de doutorado se intitulava «The Civil Guard and the Spanish Second

¹⁷ *Heraldo de Almería*, de 29/12/1931.

¹⁸ *La Voz de Navarra*, de 19/12/1931.

¹⁹ Daniel Vázquez Campo, da ORGA.

²⁰ *El Debate*, de 17/12/1931.

Republic, 1931- 1936»²¹ , que, em relação às consequências imediatas dos acontecimentos de Castilblanco, refere:

«A ameaça potencial para a República eram as tensões surgidas no seio do próprio regime. Não foi uma simples coincidência que os primeiros sinais de rebelião dentro da Guarda Civil tenham ocorrido após o assassinato de quatro guardas civis em Castilblanco, em 31 de dezembro de 1931. Este acontecimento foi visto por muitos guardas civis como orquestrado pelo PSOE, cuja participação no governo republicano de esquerda era percebida como uma ameaça por muitos círculos militares e conservadores». (Blaney, 2003: 49-52).

Para analisar o segundo, começaremos por fazer referência a um livro, talvez um dos mais reconhecidos em relação ao objeto do nosso estudo e que se chama, simplesmente, «Castilblanco». O original foi publicado em 1933, pela Editorial España, e assinado pelos autores Jiménez de Asúa, Vidarte, Rodríguez Sastre e Trejo. Em pouco menos de 300 páginas, o texto reunia as intervenções do procurador e dos advogados ao longo das sessões do Conselho de Guerra que julgou os acusados.

Em 2011, foi novamente publicado, pela mão do professor Sánchez Recio, que o complementou com um pequeno estudo sobre o assunto e incluiu algumas anotações, até completar as 330 páginas da edição atual.

Entre aqueles que estudaram os factos, Jiménez de Asúa tornou-se uma espécie de referência histórica, na medida em que detém uma suposta verdade absoluta. No entanto, para que o leitor possa contar com todos os dados necessários, devemos esclarecer que estamos a falar do advogado que liderava a equipa de advogados²² que defendeu os arguidos. Não deixa de chamar a atenção que a obra se tenha tornado uma fonte de verdade para muitos, se tivermos em conta que, por mais objetividade que se possa conceder aos autores, os seus escritos foram redigidos com o intuito de efetivar a defesa, negando a participação dos seus patrocinados nos factos e, em todo o caso, justificando o pouco que lhes pudesse ser reconhecido. A sinopse da edição de 2011 refere:

«Da leitura destes textos, apesar da retórica judicial, pode extrair-se, além da descrição dos factos, o testemunho das condições de vida no meio rural da Extremadura, nos anos vinte e trinta, extensível a toda a meseta e Andaluzia. Por isso, o seu valor historiográfico é indubitável».

Disto podemos extrair algumas conclusões simples:

- Ao reconhecer a sua implicação, agiram assim forçados pelas condições em que viviam (já vimos que outras fontes se opõem a esse critério).
- Parece que os factos só puderam ter ocorrido tal como são relatados pelos autores. Tal é assim que, segundo o autor, o «valor historiográfico é inquestionável», o que parece um pouco exagerado, pois confere um valor

²¹ No entanto, o estudo do mesmo, realizado pelo autor deste artigo, detectou uma série de erros relevantes, como, por exemplo, atribuir ações a personagens que, naquele momento, nem sequer se encontravam no suposto local indicado por Blaney.

²² Luis Jiménez de Asúa, Juan Salmerón Vidarte, Antonio Rodríguez Sastre e Anselmo Trejo Gallardo

dogmático às suas próprias contribuições que, de forma alguma podem ser consideradas definitivas, na medida em que neste mesmo trabalho pudemos conhecer opiniões contrárias.

Mas é precisamente essa sinopse que nos liga à segunda amostra que queríamos comentar em relação às referências que, quase sempre em tom negativo, se aplicam à atuação da Guarda Civil. Essa sinopse pode ser encontrada em muitas das promoções de venda do livro, como, para citar dois exemplos, em alguma plataforma de venda online e no site da própria editora. E esta editora, como referimos acima, corresponde a uma instituição acadêmica, concretamente à Universidade de Alicante. Bem, no texto que ilustra o conteúdo da obra, podemos ler:

«<<Castilblanco>> reúne os textos do relatório do procurador militar e os discursos da defesa que quatro prestigiados advogados socialistas, liderados por Luis Jiménez de Asúa, proferiram no conselho de guerra que se realizou em Badajoz, em julho de 1933, contra vinte e dois jornalistas afiliados à UGT e à Casa del Pueblo, acusados pela morte de quatro guardas civis da localidade, ocorrida em 31 de dezembro de 1931, no final de uma manifestação pacífica que a intervenção desmedida das forças da ordem, por instigação do presidente da câmara da localidade, que era também o responsável por um dos latifundiários do município, transformou num linchamento múltiplo, após ter causado a morte de um e ferido outro dos manifestantes. ... ».

Neste caso, o que nos chama a atenção é a afirmação de que *«no final de uma manifestação pacífica, a intervenção desmedida das forças da ordem»*. Nesta altura do estudo, não vamos entrar na discussão da verdade dogmática que a promoção do livro pretende estabelecer. O leitor julgue o contraste entre «manifestação pacífica» e a «intervenção desmedida» daqueles quatro guardas civis, rodeados por quinhentos vizinhos.

Talvez a redação da sinopse não possa ser outra, se nos atermos ao que se pode ler no livro e que já reproduzimos acima, sobre a atitude dos guardas civis de Castilblanco *«desprezando o povo, como uma ralé irremediável»*. Talvez se refira à ralé irremediável com a qual esses mesmos guardas se relacionavam e, inclusive, um deles iria em breve se casar com uma jovem da aldeia. A propósito, sem dúvida, a referência de Asúa é tirada do discurso de Ortega y Gasset (Eduardo, irmão mais velho do filósofo):

«... na maioria das aldeias, em algumas, há Guardas Civis que, há catorze anos, estão habituados a obedecer ao cacique, que tem uma mentalidade já formada, em virtude da qual o povo é uma ralé desprezível»,²³ .

²³ Discurso nas Cortes Gerais, de 5 de janeiro de 1932 (DS n.º 93, de 05/01/1932: p. 2994).

5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Se, como regra geral, o conhecimento dos termos e o uso que se faz deles costuma ter grande importância, podemos concordar que, neste âmbito da «desinformação», a relevância é ainda maior. O dicionário da RAE define-a com dois significados (*ação e efeito de desinformar; falta de informação, ignorância*), dos quais teremos de tomar o primeiro. Isso leva-nos a procurar no mesmo glossário o significado de «desinformar», encontrando, novamente, duas acepções (*dar informação intencionalmente manipulada ao serviço de determinados fins; dar informação insuficiente ou omitir*), sendo ambas perfeitamente válidas para compreender as nossas abordagens.

Nas secções anteriores, apresentámos exemplos que poderíamos considerar afetados pela primeira das acepções: informação intencionalmente manipulada. Dedicaremos apenas mais alguns parágrafos para incluir um par de exemplos relacionados com a segunda: informação insuficiente ou omitida.

O primeiro dos exemplos refere-se às conotações da atividade que motivou a intervenção da Guarda Civil, ou seja, a manifestação. Ao investigar, podem-se encontrar, indistintamente, os termos «manifestação» e «greve», seja porque o autor em questão desconhece o alcance de um ou de outro, seja porque não considera relevante a diferença. Neste caso, optamos pela segunda possibilidade, uma vez que a manifestação (que foi o que aconteceu em Castilblanco naquele dia) estava relacionada com a greve geral que tinha sido convocada na província de Badajoz para os dias 30 e 31 de dezembro.

A greve e, conseqüentemente, as manifestações a ela associadas, tinham sido declaradas ilegais pelo Governador Civil, Álvarez-Ugena²⁴. Apesar de se recorrer frequentemente à desculpa de que isso constituía um abuso de poder, o mandatário limitou-se a aplicar o artigo 1º.IX da Lei de Defesa da República²⁵, que considerava agressão à mesma, entre outras ações:

«As greves não anunciadas com oito dias de antecedência, se não tiverem outro prazo marcado na lei especial, as declaradas por motivos não relacionados com as condições de trabalho e as que não se submetam a um procedimento de arbitragem ou conciliação».

Surge agora o problema de discernir entre a variedade de causas às quais se atribui a convocatória; se nos for permitido recuperar o exemplo da batalha de Qadesh, podemos afirmar que o facto do confronto é incontestável, mas temos dúvidas sobre qual dos exércitos foi o vencedor. Entre as diferentes opções que motivaram a greve, podemos encontrar desde a decepção pela falta de avanços na revolução agrária, até, como já vimos, uma demonstração de descontentamento contra o mandato do governador, passando pela resposta aos acontecimentos de Almendralejo já comentados.

²⁴ Manuel Álvarez-Ugena y Sánchez-Tembleque. Como curiosidade, podemos destacar que as mobilizações da FNNT (lembramos, ramo agrícola da UGT) pretendiam a destituição do governador por suas supostas manobras coniventes com o poder dos caciques. Álvarez-Ugena era membro, precisamente, da UGT (<https://fpabloiglesias.es/entrada-db/alvarez-ugena-y-sanchez-tembleque-manuel/>).

²⁵ L de 21 de outubro de 1931 (GM n.º 295, de 22/10/1931)

Seja qual for a verdadeira razão, o certo é que nenhuma delas se enquadrava no preceito da Lei e, portanto, as ações reivindicativas previstas podiam ser legalmente proibidas. De tudo isso, geralmente não aparece nenhuma referência nas diferentes crónicas. Parece que podemos considerar que se trata de uma situação de «informação insuficiente».

E, para o segundo caso, ou seja, o de omitir diretamente qualquer tipo de referência que o autor do estudo não considere oportuno mencionar, podemos começar por recorrer à génese da própria Lei de Defesa da República.

Nos diferentes artigos, memórias, livros, etc., que tentam contextualizar os acontecimentos de Castilblanco, costuma-se aludir de forma recorrente à situação em que se encontrava o campesinato, expectante diante da prometida reforma agrária com a qual quase começámos este trabalho. Eles apontam até, como acabámos de ver, que a atitude do Governador Civil lembrava a dos tempos anteriores à República. No entanto, talvez fosse oportuno considerar que a primeira autoridade provincial tinha sido nomeada pelo ministro do Interior, Casares Quiroga, o mesmo que tinha assinado a Lei de Defesa da República e que, por sua vez, tinha sido designado para o cargo por quem a tinha sancionado: Manuel Azaña.

Em relação ao que aconteceu em Castilblanco, Azaña interveio no debate²⁶ que se gerou entre os deputados de quase todos os partidos representados na Câmara, debate que, por momentos, chegou a ser bastante acalorado. Da extensa declaração, selecionamos alguns parágrafos que podem ser especialmente significativos, tanto pelo elogio feito ao Corpo, como quando rejeita as acusações de seguidismo caciquil:

«A Guarda Civil tem, por tradição, o orgulho de ser cegamente obediente ao Poder constituído, e o Governo da República não perdeu ocasião de deixar claro que a Guarda Civil nunca, nem por um minuto, desmereceu a sua tradição a este respeito. Que fique assim registado mais uma vez. E quando, numa instituição dedicada a funções tão graves, tão perigosas, tão expostas, ocorre, por infelicidade, um excesso, uma infração legal, um abuso de poder e de autoridade, a responsabilidade, que é o outro pilar da Instituição da Guarda Civil, recai pessoalmente sobre quem o comete, mas nunca sobre toda a Instituição.

[...]

E agora permitam-me expressar o meu espanto, Senhores Deputados, porque, por causa de um acontecimento em que ninguém pode dizer que houve abuso por parte da Guarda Civil, se colocou em causa, ou se quis colocar em causa, o próprio prestígio do Instituto; não nas Cortes, certamente, mas fora daqui.

Qualquer um diria que em Castilblanco foi a Guarda Civil que excedeu-se no cumprimento do seu dever, e não deixa de me surpreender que, quando quatro infelizes guardas pereceram no cumprimento do seu dever, se coloque precisamente em discussão o prestígio do Instituto, como se esses guardas fossem, não os mortos, mas os matadores. (Aplausos.) Isto não deixa de ser um pouco paradoxal, Senhores Deputados, e faz-me pensar, faz-me suspeitar que talvez

²⁶ Debate ... (DS n.º 93, de 05/01/1932).

*existam por aí algumas paixões distorcidas que aproveitam qualquer momento e pretexto para criar uma situação difícil, não só para a Guarda Civil, mas também para o Governo; ou seja, não só para o Governo, mas também para a República.*²⁷

A leitura atenta desse debate lança muita luz sobre uma série de questões que envolveram esses acontecimentos, tantas que não cabem no espaço reduzido deste artigo. No entanto, para esclarecer esses comentários, reproduzimos alguns parágrafos da intervenção do deputado Sr. Hidalgo²⁸ :

«Nessas reuniões e encontros preparatórios da greve, como o objetivo da greve era ir contra a atuação e os procedimentos da Guarda Civil, com o objetivo de destituir o tenente-coronel e o governador, encorajava-se franca e claramente as massas a irem contra a Guarda Civil, sem compreender que há massas inconscientes que interpretam isso de ir contra a Guarda Civil no sentido de, efetivamente, atacar.

[...]

*Por isso, causa verdadeira estranheza em toda a província que não se tenha posto fim à greve, que não se tenha impedido preventivamente a mesma, porque as pregações eram de tal natureza, tinha-se dito tão clara e precisamente aos trabalhadores que eram mais numerosos do que a Guarda Civil, que era uma indicação tácita de que deviam ir contra ela»*²⁹ .

Em nossa opinião, as afirmações do deputado Hidalgo são especialmente relevantes. Para começar, é necessário esclarecer que ele havia obtido seu mandato por Badajoz porque, ao contrário de outros políticos que ajustavam sua candidatura na província onde melhor podiam acomodar suas pretensões, ele era natural de Badajoz, mais precisamente de Los Santos de Maimona. Portanto, as suas afirmações tinham uma base muito fundamentada, como bom conhecedor do que acontecia na sua terra; aliás, após os factos, ele percorreu parte da província sondando a opinião dos seus conterrâneos sobre o que tinha acontecido.

Ainda vamos apontar mais uma referência curiosa. O próprio ministro Casares, sobre a suposta relação da Guarda Civil com o *caciquismo*, questionava-se:

*«Mas, além disso, que contacto poderia haver quando o chefe da Guarda Civil estava lá há sete meses e não tinha outro contacto de amizade além do presidente da Casa del Pueblo?»*³⁰ .

Não deixa de ser paradoxal que a única pessoa com quem mantinha uma certa relação fosse aquela que o segurou para que lhe desferissem a facada mortal.

²⁷ Debate ... (DS n.º 93, de 05/01/1932: p. 3004).

²⁸ Diego Hidalgo Durán, deputado por Badajoz do Partido Republicano Radical.

²⁹ Debate ... (DS n.º 93, de 05/01/1932: p. 2993).

³⁰ *Ibidem*.

De qualquer forma, se dermos alguma credibilidade às afirmações do deputado Hidalgo, talvez agora se compreenda como os fatos puderam ocorrer. Acreditamos que este pode ser o momento oportuno para encerrar nossa investigação, mas não sem antes incluir uma última referência às múltiplas intervenções do Sr. Hidalgo naquele debate:

«Ao Sr. Ministro, só tenho a responder-lhe dizendo que todos os antecedentes desta greve davam a entender, de forma fatal, que iria degenerar em factos sangrentos. Basta ler a coleção dos jornais diários de Badajoz dos dias anteriores à greve para se convencer do grande perigo que representava a sua declaração»³¹

³¹ Debate ... (DS n.º 93, de 05/01/1932: p. 2993).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência (1 de dezembro de 1931): Contra a liberdade do trabalho. *El Noticiero Gaditano*.
- Agência (2 de dezembro de 1931): A cidade de Almendralejo, em Badajoz, foi palco de eventos sangrentos ontem. *Diario de la Marina*.
- Agência (2 de dezembro de 1931): Motim em Almendralejo. Vários feridos. *La Opinión*.
- Agência (2 de dezembro de 1931): Camponeses furiosos. *La Voz de Menorca*.
- Agência (16 de dezembro de 1931): Um presidente da câmara socialista que aterrorizava a população. *Heraldo Alavés*.
- Agência (17 de dezembro de 1931): Presidente da Câmara preso. *El Debate*.
- Agência (19 de dezembro de 1931): As Cortes Constituintes. *La Voz de Navarra*.
- Agência (29 de dezembro de 1931): São divulgadas algumas declarações de Nelken. *Heraldo de Almería*.
- Blaney, G. (2005): A historiografia sobre a Guarda Civil. Crítica e propostas de investigação. *Política e Sociedade, Vol. 42-Nº 3*.
- Chaput, M-C. (2019). «Castilblanco (Badajoz, 31 de dezembro de 1931)», em VVAA, *Centros e periferias. Imprensa, impressos e territórios no mundo hispânico contemporâneo: homenagem a Jacqueline Covo-Maurice*, PILAR (Presse, Imprimés, Lecture dans l'Aire Romane), Paris, pp. 191-205.
- Ferragut, J. (5 de janeiro de 1932). Uma tragédia bárbara na «Sibéria da Extremadura». *Mundo Gráfico*.
- Ferragut, J. (8 de janeiro de 1932). Os acontecimentos de Castilblanco. *Nuevo Mundo*.
- Íñigo Fernández, L.E. (2010): *Breve história da Segunda República Espanhola*. Nowtilus. Madrid.
- Jiménez de Asúa, L.; Salmerón Vidarte, J.; Rodríguez Sastre, A.; Trejo Gallardo, A. (2011): *Castilblanco*. Universidade de Alicante.
- Nelken, M. (26 de dezembro de 1931). Carta aberta ao senhor ministro do Interior. *El Socialista*.
- Preston, P. (2020): *A Guerra Civil Espanhola*. Editorial Debolsillo. Madrid.
- Rodríguez Castaños, E. (1970): Castilblanco, um drama na República. *REHGC, Nº 6*. Madrid.
- Rodríguez Serrano, C. (2015). A tragédia de Castilblanco em 1931. *Revista de Estudios Extremeños, Nº 271*. Badajoz.
- Santiago Hodsson, V. (1932): Visita a Castilblanco. *RTGC, n.º 264*. Madrid.

